



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS
DIREITOS HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE
CULTURAL - EEDH

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR E
A VALORIZAÇÃO DO ESTUDO DE DIREITOS HUMANOS**

ANDREZA RODRIGUES PEREIRA

BRASÍLIA

2015



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

ANDREZA RODRIGUES PEREIRA

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR E A VALORIZAÇÃO DO ESTUDO DE DIREITOS HUMANOS

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

BRASÍLIA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

Andreza Rodrigues Pereira

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR E A VALORIZAÇÃO DO ESTUDO DE DIREITOS HUMANOS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural:

Prof. MSc. Eric Sales - UnB
(Professor-orientador)

Profa. MSc. Fabiany Glaura Alencar E
Barbosa - UnB
(Professora Examinadora)

Brasília, 14 de novembro de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos tutores do curso e ao professor, mestre, tutor e orientador Eric Sales pela orientação na finalização do presente trabalho, e pela parceria que tornou possível a realização de mais um objetivo.

RESUMO

A presente pesquisa pretende analisar a aplicação da Lei 10.639/03, que versa sobre o Estudo da História e da Cultura Afrobrasileira. Investigar como são estabelecidas as relações étnico-raciais no ambiente escolar, tendo em vista que precisamos reconhecer a escola como um espaço onde as diferenças sejam elas racial, religiosa, sexual se evidenciam com mais ênfase, deste modo como educadores devemos estar atentos as práticas discriminatórias, cultivando uma relação de respeito e valorização dos direitos humanos em nossa sala de aula. O objetivo é avaliar como está sendo trabalhada, a questão étnico-racial dentro do conteúdo curricular das escolas, analisando também como é abordada nos livros didáticos os conteúdos referentes á cultura afro-brasileira e a aplicação destes conteúdos em sala de aula. Realizei um trabalho de intervenção em uma escola com alunos do 8º e 9º anos, que teve como objetivo fazer uma reflexão de como é a percepção dos alunos referente ao continente Africano.

Palavras-chave: Lei 10.630/2003, Livro Didático, Relações Étnico-raciais.

SUMÁRIO

1. TEMA.....	07
2. PROBLEMATIZAÇÃO.....	09
3. JUSTIFICATIVA.....	12
4. OBJETIVOS.....	15
5. METODOLOGIA.....	17
6. FUNDAMENTAÇÃO.....	19
7. AÇÕES INTERVENTIVAS.....	21
..... 7.1 PRÉ-DIAGNÓSTICO.....	21
..... 7.2 ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS.....	22
..... 7.2.1 HISTÓRIA 6º ANO - HISTÓRIA SOCIEDADE E CIDADANIA.....	22
..... 7.2.2 HISTÓRIA 7º ANO – PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA.....	23
..... 7.2.3 HISTÓRIA 7º ANO – PERSPECTIVA HISTÓRIA.....	25
..... 7.2.4 HISTÓRIA 8º ANO - HISTÓRIA SOCIEDADE E CIDADANIA.....	26
..... 7.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE QUESTIONÁRIO APLICADO.....	27
..... 7.4 AÇÃO INTERVENTIVA.....	28
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
9. REFERENCIAS.....	35

ANEXOS

1.TEMA

O Brasil é um país que conta com uma grande diversidade cultural, racial, religiosa o que não significa a inexistência de problemas com as questões étnico-raciais. Na educação, por exemplo, as questões raciais e étnicas foram, por um longo período, silenciadas. Todavia, esse quadro passou por uma nova configuração a partir de 2003, sobretudo com a criação da Lei 10.639/03, que versa sobre o Estudo da História e da Cultura Afro-brasileira. Esta medida fez com que nossa sociedade refletisse sobre a questão racial no contexto escolar.

A luta por ações relacionadas ao racismo e o estudo da cultura e a história afro-brasileira não é recente. Os movimentos negros lutaram intensamente por esta bandeira a partir da década de 1970, quando é marcado um forte movimento sobre a necessidade de medidas que contemplassem os negros e denúncias sobre caso de racismo que se tornaram bandeiras de luta pelo acesso à educação.

Desta forma, esta pesquisa pretende investigar como são estabelecidas as relações étnico-raciais no ambiente escolar, tendo em vista que precisamos reconhecer a escola como um espaço onde as diferenças sejam elas racial, religiosa, sexual se evidenciam com mais ênfase. Os educadores devem focar em um trabalho pedagógico no qual as relações interpessoais sejam privilegiadas, para assim demonstrar ao educando a importância de lidar com as diferenças.

Por muitos séculos a história das pessoas negras foi renegada por nossa sociedade. Negros e negras¹ eram vistos como mão de obra barata, com um passado marcado pela relação de dominação e subordinação de um povo. Durante um período considerável o conceito de raça foi usado de forma a categorizar diferentes populações humanas, utilizando características biológicas para diferenciar as pessoas de forma negativa. Desta forma, determinavam grau de superioridade com base em conceituações racistas. Todavia, atualmente, o conceito de raça fundado em aspectos biológico não é mais utilizado, a população negra e indígena deu novo sentido a esse designo. Hoje, essa determinação designa uma noção

¹ O conceito de negros e brancos tem seu fundamento em questões etno-semântico, político e ideológico, não é uma tarefa fácil dizer quem é negro ou quem é branco no Brasil, passamos por um processo de branqueamento, onde muitas pessoas negras se consideram brancas e assim por diante. Deste modo muitos estudos na área de genética e biologia tem nos mostrado que muitos que se dizem brancos trazem consigo marcadores genéticos africanos, assim o conceito de negros e brancos no nosso país passa a se mais uma decisão relacionada a identidade individual de cada um do que uma questão genética.

política-ideológica. Nesta perspectiva, a população negra e a indígena colocam-se na ordem do dia como agentes sociais responsáveis por novas designações sociais, políticas e culturas.

A sociedade brasileira ao longo dos últimos séculos popularizou uma noção de democracia racial, no convívio entre negros e brancos, esse discurso estava calcado em uma noção de que no Brasil não houve um ato que separasse negros e brancos. Esta linha cobriu mazelas e diferenças para o acesso à educação, trabalho e moradia, entre outros conflitos raciais existentes em nossa sociedade. O mito da democracia racial fundado na ideia de uma miscigenação entre brancos, negros e indígenas. Diferentes étnicas conviviam em perfeita harmonia não existindo diferenças, predominando, nesse contexto, uma convivência pacífica e “igualitária” entre os diferentes. Esse foi o modo usado para falar da sociedade brasileira o que dificultou pautar sobre as diferenças entre negros e brancos, sobretudo, no que se refere ao acesso à educação, ao trabalho, à cultura, à política e nos diferentes espaços de representação social, cultural e política.

Após refletir sobre esses pontos e outros fatores que relatei decidi trabalhar com a questão étnico-racial. Este trabalho de pesquisa será concebido a partir da análise da aplicação da lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e da cultura afro-brasileira. Esta Lei altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio de todo o país. O trabalho tem por finalidade investigar a aplicação desta lei, e verificar sua aceitação entre os professores em uma escola de ensino fundamental na cidade do Paranoá região administrativa de Brasília

2. PROBLEMATIZAÇÃO

Decidi analisar neste estudo às relações étnico-racial, pois sempre achei que na minha formação este tema não teve uma abordagem relevante. Discutir relações raciais na educação e as formas de reparação para negras e negros é um assunto que gera polêmica. Não havia por parte de professores um preparo adequado para apontar os pontos de convergência do discurso hegemônico de que no Brasil não há diferentes entre negros e branco e que todos detinham da mesma oportunidade. Os mestres não se sentiam preparados para trabalhar com uma temática que quase sempre gera grande comoção.

A criação da Lei 10.629/2003 garante a mudança de uma cultura e abre espaço? O seu cumprimento é efetivo? Infelizmente, acredito que as respostas dessas indagações são negativas, sobretudo, pelo fato da criação de leis não trazem mudanças se não ocorrerem ações para garantir a sua disseminação e o seu cumprimento efetivo. Não basta o Estado criar leis é preciso o preparo efetivo dos profissionais para que atuem de forma que cumpram verdadeiramente a essa lei.

A efetiva implementação da lei nº 10.639/2003, por exemplo, ainda não é uma ação fácil, pois a maioria dos professores do nosso país não se sente preparados para cumprir esta Lei. Os professores optam por não “tocar nessa ferida”, pois acreditam que se trata de um tema complexo, portanto, são questões que até hoje geram, inclusive constrangimento no debate público, considerando o contexto em que foram preparados, assim preferem o silêncio.

O que sinto às vezes é que o espaço escolar e seus professores preferem não marcar posições, aplicam uma proposta de ensino livre de debates sobre temas com recorte racial. O corpo docente nas escolas é o responsável por tomar partido no processo de aprendizagem, o que observo é que poucas são as ações que evidenciam e favorecem a população negra dentro do contexto escolar. As datas que marcam o contexto do negro ainda são os momentos isolados para colocar o tema dos negros no debate. O mês de novembro é representativo e têm sido marcados por mobilizações em torno do combate às diferenças raciais. As ações em torno do mês de novembro envolvem mobilizações dos movimentos negros e o aceno de instituições de ensino que se abriram a reflexão sobre o papel da resistência negra contra a escravidão. No dia 20 de novembro, homenageia-se a resistência do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares, morto na luta pela

liberdade de negras e negros escravizados. No dia também foi instituída a Lei nº 10639/2003 e é considerado o dia da luta contra o preconceito racial no Brasil. São medidas como essas que têm buscado ampliar o estudo sobre a cultura negra, para buscar referências positivas sobre a religiosidade, a cultura e as expressões afro-brasileiras.

Não pretendo com este trabalho negar que a temática das relações étnico-raciais e Africanidades ganhou muita visibilidade no cenário nacional. É indiscutível que a Lei nº 10.639/2003 trouxe benefícios para a população negra, esta ganhou mais visibilidade em diversos segmentos da nossa sociedade. A adoção de ações afirmativas, especialmente, as cotas, são exemplos de avanços para enfim ampliar o acesso das pessoas negras à educação. A partir dessa medida desprendeu ações no campo do trabalho e espaços de referência no mercado de trabalho, inclusive nas manifestações culturais. Aproveito para ressaltar que ainda são ações muito pontuais, a população negra necessita de ser reconhecida como agente participante de todo o processo de constituição do Brasil como nação e, sobretudo, nos processos de desenvolvimento de suas riquezas.

A Lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996), nos seguintes artigos:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1ª – O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2ª – Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Estes dispositivos legais orientam a formulação de projetos que sejam comprometidos com a formação e o processo de aprendizagem em educação de

relações étnico-raciais. A perspectiva é que com esse mecanismo institucional provoque os agentes públicos e setores da sociedade civil criar políticas públicas que visem o combate ao racismo, às discriminações no ambiente escolar e uma plataforma de referências positivas sobre a cultura afro-brasileira.

O material didático utilizado foi outro ponto que me pareceu relevante discutir dentro da linha temática da proposta deste trabalho. Ao analisar o material didático utilizado dentro de sala de aula, ficou claro que a história dos negros e indígenas foi reduzida a chegada dos Portugueses ao Brasil. Os livros didáticos não estão preocupados em contar aos nossos alunos a história, por exemplo, dos índios que aqui já viviam antes da chegada dos portugueses, não nos contam sobre as relações entre o Brasil e continente Africano, o quanto esses povos influenciaram na construção da identidade do povo brasileiro.

Deste modo, destaco que um dos problemas enfrentados ao discutir as relações étnico-raciais no ambiente escolar é a falta de preparo dos nossos profissionais da educação. Esses mestres detêm pouca ou nenhuma formação no que se refere às questões étnico-raciais, ressalta-se que a escola é o espaço onde convivemos com muitas diferenças. Deste modo, devem-se privilegiar as relações raciais para construir referências para ampliar o conhecimento sobre a identidade e a cultura negra.

Cavalleiro (2003) destaca que na escola onde as crianças entram em contato com seus primeiros conflitos referentes à cor da sua pele, pois utilizam xingamentos referentes à raça negra de forma negativa com o intuito de se mostrarem superiores ao outro. Neste contexto, a vítima ao sentir inferior aos outros colegas acaba, por vezes, colocando-se em uma situação de medo, de dor e de impotência diante de tamanha falta de sensibilidade dos colegas. A escola e todo o corpo docente sempre devem estar atentos a essas praticas discriminatória dentro do ambiente escolar, pois esses casos podem levar até a reprovação do aluno que sofre esse tipo de abuso.

3. JUSTIFICATIVA

A abolição da escravidão no Brasil não representou a liberdade plena de negros e negras no Brasil. A ausência de caminhos para propiciar o acesso de negros à educação, ao trabalho digno, a cultura e a própria casa os colocaram em uma linha complexa, sendo direcionado para as piores funções e inclusive os colocando em um ostracismo. A sociedade burguesa brasileira que ascendeu com o nascimento da República, detinha uma ideia de uma sociedade branca, reforçada pelos movimentos migratórios de grupos da Europa. Assim, pouco ou nada restou para as negras e negros que fizeram dos seus sonhos e vidas a engrenagem para os primeiros movimentos de produção de riqueza no país. Desta forma, os negros foram inseridos em processo de discriminação racial e marginalização. É uma ingenuidade pensar que a assinatura de uma lei livraria negros e negras de um passado triste repleto de dor e grandes humilhações. Criou-se, por muito tempo, o mito de uma democracia racial onde a partir deste momento todos teriam os mesmos direitos e oportunidades. Todavia, a verdade não é essa, a população negra (negros e pardos), atualmente, soma mais de 50% da população brasileira. Esse quadro evidencia diferenças sociais, econômicas, educacionais e de trabalho, pois essa maioria estava fora do eixo de ações do governo para acesso aos bens públicos.

No último censo realizado em 2010 no Brasil, percebemos às nítidas diferenças entre brancos e negros no país, principalmente no que se refere aos aspectos econômicos, acesso ao emprego, à renda, o acesso a serviços básicos como saúde, educação e saneamento básico. Outro ponto de bastante relevância que o censo de 2010 nos mostra é que no Brasil 16,27 milhões de pessoas em extrema pobreza destes 70% são negros, me pergunto será que em um país que se julga multicultural, aberto ao novo seria necessário à criação de leis? Para que a história da maioria do seu povo fosse contada e valorizada de uma forma correta.

Ao refletir sobre as novas exigências curriculares para a formação de cidadãos mais conscientes e que se faz necessário à discussão sobre as identidades e as relações étnico-raciais nas escolas. Essas medidas são alternativas para emancipação da educação no desenvolvimento de políticas de igualdade social. Deste modo, a criação da lei 10.639/2003, surge como uma ferramenta que

possibilitou um olhar mais sensível de nossa sociedade, em relação a nossa população negra que sempre sofre com o preconceito racial e social.

Pode-se afirmar que a escola é o principal agente de formação e transformação da mentalidade de um indivíduo e, é na escola onde encontramos um grande índice de discriminação, de gênero, religioso e racial. Deste modo, podemos entender que a:

Discriminação tem o sentido de separar, distinguir, estabelecer diferenças, segregar. Traduz-se em ações negativas concretas, em praticas individuais e institucionais que violam os direitos sociais e humanos e a igualdade de tratamento, com base em critérios pré-estabelecidos, de forma singela ou não. (GONÇALVES, 2007, p.35).

O papel da escola, neste contexto, e dos seus profissionais é desenvolver um trabalho voltado para conscientização das crianças e dos jovens, em relação à equidade e ao respeito às diferenças. São medidas como essas que podem garantir a construção de uma sociedade mais igualitária que respeita e considera as diferenças.

Considerando o exposto acima este estudo justifica-se pela necessidade de um olhar mais cauteloso no que se refere à aplicação de lei como a 10.639/03, que regulamenta as alterações da lei de diretrizes e bases da educação, e institui no currículo a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e da cultura afro-brasileira. Mais tarde, em 2008, outra lei foi aprovada, a Lei 11.645/08, fruto de alterações da Lei 10.639/03, a partir desta o ensino da história e cultura afro-brasileira torna-se obrigatória, no currículo do ensino fundamental e médio tanto da rede pública quanto da rede privada em todo país.

Estes marcos legais são fruto de décadas de debates provocados por movimentos negros e capitaneados por agentes públicos que entenderam que esses temas são relevantes para avanços na sociedade. Elas representam uma grande conquista para toda a população negra, por isto, cabe destacar que:

As leis refletem as tensões presente na sociedade. De um lado, políticas que pretendem a permanência do racismo estrutural revelado ora pela invisibilidade da raça, ora pelo mito da democracia. De outro, a luta pelo rompimento desses mecanismos. A análise das leis me permite afirmar

que o resultado desta tensão t nue e frágil para dar conta do tamanho da desigualdade a ser enfrentada. (Dias, 2005, p.59)

A cria o de dispositivos legais que alteram de certa maneira os conteúdos programáticos das nossas escolas têm por objetivo incluir aspectos culturais e da história negra, que contribuíram para a forma o da nossa sociedade. A história da África, por exemplo, a luta dos povos indígenas, dos negros, em resumo evidência a história de um povo que   a grande maioria da popula o brasileira, mas que sempre foi tratado como minoria.

4. OBJETIVOS

A presente pesquisa tem por objetivo avaliar como está sendo trabalhada, a questão étnico-racial dentro do conteúdo curricular das escolas. Nesse contexto, é importante frisar os aspectos relacionados ao material didático que está sendo utilizado pelos alunos do ciclo fundamental e médio. Observo, em parte de levantamento que o livro didático na sua concepção tem omitido e, por vezes, até nega as conquistas e a superação histórica cultural dos nossos negros, negras, indígenas, mulheres o segmento da sociedade que é visto como minorias.

Mostrar a importância da valorização do estudo da cultura negra, africana, indígena é fundamental para conceber esses avanços. É comum encontrar esses temas nos últimos capítulos dos livros didáticos, sendo esses os últimos conteúdos a serem vistos. A realidade e acúmulo no decorrer do ano letivo, por vezes, nem permite chegar a esses conteúdos, pois sabemos que o último bimestre o tempo é mais limitado. Portanto, cabe aos educadores e gestores escolares buscarem formação relativa aos conteúdos sobre relações étnico-raciais, para desenvolver um trabalho em sala de aula livre de qualquer tipo de preconceito.

Através da leitura de artigos e livros que tratam da questão étnico-racial no ambiente escolar, pretendo desenvolver uma pesquisa que analise a forma como esse tema é trabalhado no ambiente escolar, analisar também como essa temática é abordada nos livros didáticos e a aplicação destes conteúdos em sala de aula.

A utilização do material didático é fundamental na formação dos alunos, a Lei 10.639/03 trouxe à tona um olhar que por vezes passava se despercebido tanto nos livros didáticos como no trabalho pedagógico em geral, a intenção da lei é voltar o olhar para a história do negro em nosso país uma trajetória marcada por inúmeros casos de preconceito.

Nossos educadores precisam conhecer nossas leis e os parâmetros que regem a educação em nosso país, desenvolver em suas escolas ações afirmativas que privilegiem as relações étnicas e raciais no cotidiano escolar, deste modo pode desenvolver um ambiente de sala de aula onde todos os alunos se sintam inseridos no processo de aprendizagem.

É possível notar grandes avanços no que se refere à elaboração do material didático depois da criação da lei, mais isto não é suficiente visto que na formação da

grande maioria dos professores temas como raça, diversidade e gênero e outros nunca foram privilegiados.

5. METODOLOGIA

A presente pesquisa pretende avaliar como o conteúdo de educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e da cultura afro-brasileira vêm sendo abordado nos livros didáticos do currículo de História de uma escola localizada na cidade satélite do Paranoá região administrativa de Brasília.

Esta avaliação será feita através da análise dos livros didático do 6º ao 9º desta escola, aplicarei também um questionário para os professores desta escola buscando identificar qual o conhecimento que ele tem em relação à lei nº 10639/2003.

A proposta do questionário está configurada para avaliar como a Lei nº 10639/2003 é vista pelos professores. As perguntas abordam questões como: *se foi feito algum tipo de capacitação e treinamento com esses professores, antes ou depois da implementação da Lei; se os professores observam alguma mudança no que diz respeito ao conteúdo referente à cultura afro nos livros didáticos.*

A escola escolhida foi o Centro de Ensino Fundamental 05 do Paranoá. Trata-se de uma escola que foi aberta no início do ano de 2015, em resposta a união e reivindicação dos moradores da cidade que se depararam no início do ano com uma situação que gerou muita preocupação para muitos pais. Não havia na cidade salas de aula para os filhos desses pais, isto no início do ano letivo. As crianças e adolescentes necessitariam se deslocar até as cidades mais próximas, Brasília, Cruzeiro. Esta situação gerou desconforto para toda a comunidade escolar, que se mobilizou e encontrou uma solução. No Paranoá havia um prédio onde funcionava uma escola privada, então a Regional de Ensino do Paranoá da Secretaria de Educação do Distrito Federal, se movimentou e alugou o prédio. Assim, atenderam a demanda dos moradores e iniciaram o ano letivo na escola, porém, a data de início das aulas, foi no dia 16 de março de 2015, diferente das outras escolas da rede pública, que iniciaram o ano letivo em 23 de fevereiro.

Um ponto a se destacar é que existia uma distorção entre idade e série dos alunos que foram encaminhados para a escola. Os alunos estavam em uma faixa etária acima dos 14 anos. Eles também residiam em diferentes partes da cidade, o que colaborou para gerar tensões, brigas de gangues, e certa instabilidade dentro da escola. Nesse contexto, a própria gestão da escola refletiu este quadro, pois o primeiro diretor renunciou o cargo e no mês de abril uma nova direção assumiu a

escola, com um olhar diferenciado. A nova gestão da escola estruturou uma linha de trabalho conjunto com o batalhão escolar para dirimir as ações das gangues que atuavam dentro da escola. Hoje, CEF 05 conta com diversos projetos sociais, ações que contribuem para uma cultura de paz e respeito às diferenças dentro do ambiente escolar.

A escola está localizada na quadra 25 lotes 03/04 19/20 do Paranoá, no início do ano foram matriculados mil alunos na escola. A estrutura física da escola é formada por 18 salas de aula, uma quadra de esporte, a escola não possui laboratórios ///de química, física, biologia, nem biblioteca, até o mês de julho a escola não possuía cozinha, o lanche oferecido aos alunos era o chamando lanche seco biscoito, pão, leite e suco, agora os alunos já podem fazer refeições mais nutritivas na escola.

O corpo docente é formado por 19 professores no turno matutino e 19 professores no turno vespertino, ainda conta com um chefe de secretaria, um, apoio de secretaria, um supervisor administrativo, três apoios administrativos, três coordenadores pedagógicos, um diretor e um vice-diretor.

É importante ressaltar que a escola se encontra em uma região de vulnerabilidade social. Este quadro exige olhar mais humanizado, por parte das autoridades, do corpo docente e da própria comunidade escolar.



Imagem 1
Fachada do prédio do CEF 05 do Paranoá



Imagem 2
Fachada do prédio do CEF 05 do Paranoá

6. FUNDAMENTAÇÃO

Ao realizar essa pesquisa tive acesso a uma infinidade de textos que possibilitaram ter um olhar mais cauteloso referente ao tema da proposição desta pesquisa. Destaco alguns livros que foram fundamentais: *Relações étnico-raciais em contexto escolar*, organizado pela professora doutora Lúcia Maria de Assunção Barbosa. Trata-se de uma obra fundamental, pois os autores refletem sobre como a questão racial é abordada dentro do contexto escolar. O livro *Relações Raciais no Cotidiano Escolar: diálogos com a lei 10.639/2003* complementou as provocações ressaltadas pelos autores da primeira obra, pois trouxe um compilado sobre a aplicação de Lei 10.639/03, em diferentes campos educacionais, desde as séries iniciais até o ensino superior.

No livro *Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor* organizado pela professora doutora Elaine Cavalleiro. Trata-se de copilado de textos que trazem olhares diferenciados em relação à questão racial, conflitos raciais.

No livro *Superando o racismo na escola*, organizado pelo professor Kabengele Munanga constam onze textos que tratam do racismo no ambiente escolar. Os autores com seus textos tentam desconstruir estereótipos racistas que estão presentes na vida escolar durante séculos, o público alvo do livro são professores da educação básica.

Uma questão que passa a ter grande relevância é a elaboração de um currículo que abranja as relações étnico-raciais e os direitos humanos no conteúdo programático dos alunos. O currículo possibilita a criação de práticas pedagógicas diversas que se entrecruzam, dialogam e se configuram, construindo deste modo significados concretos dentro de sala de aula.

O currículo não pode ser entendido como uma lista de conteúdos a serem repassados aos alunos, mas deve ser visto como uma prática pedagógica que se dá de maneira efetiva nas ações e posturas dos educadores diante dos conteúdos a serem trabalhados. O professor não constrói sozinho, este processo ele se dá a partir das influências sofridas por todo seu contexto social e educacional.

A construção do currículo deve ser compreendida como um processo dinâmico, que envolve professores, alunos, gestão escolar, sociedade entre outros. Sabemos que temas que envolvem questões étnico-raciais e direitos humanos são

difíceis de serem trabalhados nos currículos, porém, um dos desafios dos educadores é inserir esses temas no dia a dia de sua comunidade. Há uma necessidade de modificar nossas concepções pedagógicas nos mais diferentes contextos educativos. Assim, o corpo docente e discente precisa adotar essas medidas como estilo de vida, um ideal a ser seguido, para que sua prática diária se traduza em ações efetivas em defesa dos direitos Humanos.

7. AÇÕES INTERVENTIVAS

7.1 PRÉ-DIAGNÓSTICO:

No final do ano de 2007, fiz vestibular para o curso de História na Universidade Estadual de Goiás campus Formosa, obtendo êxito e iniciando minha graduação no início de 2008. No decorrer do curso sempre tive em mente que o ensino de História deveria passar por uma grande transformação, quando estava na escola ensino fundamental e médio sempre me preocupei com estereótipos criados relacionados à figura do negro, do escravo.

Incomodava-me ver o negro sendo retratado sempre submisso, nunca encontrei nos livros didáticos da minha época a verdadeira história de luta e mobilização do povo negro. É por meio do conteúdo transmitido pelo professor que os alunos constroem seu olhar. Desta forma, cabe questionar: *qual é o olhar que os professores têm em relação à história do negro?* Não é a minha pretensão afirmar de forma generalizada que os professores não têm preparo para tratar do tema. Todavia, é comum entre parte considerável dos colegas professores aquele velho discurso de que política, raça e gênero não se discutem.

Pretendo demonstrar que dentro do contexto escolar existem várias formas de se passar o conteúdo curricular. Deste modo, a minha preocupação é justamente analisar de que forma o livro didático, que na maioria das vezes, acaba sendo o principal meio de comunicação entre professores e alunos em sala de aula. A abordagem e a evolução que nosso país tem vivenciado no que se refere às ações afirmativas e a inserção da população negra em todos os seguimentos de nossa sociedade.

Eu mesmo vivenciei esse problema da falta de preparo dos meus professores na graduação. Nas aulas na universidade tivemos apenas uma matéria referente à História da África, percebi que todos os textos utilizados não abordavam a história da cultura dos povos africanos. A percepção de parte desses autores segue o olhar eurocêntrico, no qual brancos são retratados em uma supremacia em relação aos negros sempre estavam em lugares de destaque na sociedade.

Após a publicação da lei 10639/03 o Governo Federal em conjunto com algumas instituições, lançaram alguns materiais didáticos que são boas indicações para um primeiro contato dos profissionais de educação. O conjunto de material

intitulado: A Cor da Cultura, compostos por materiais audiovisuais, quadrinhos, entrevistas, relatos, artigos, notícias e documentários. Nesse material podemos observar uma abordagem referencial sobre a historiografia negra, destacando a sua participação nos processos históricos e demonstrando a referência de líderes e personalidades negras em diferentes espaços da sociedade. O Governo Federal também lançou em parceria com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a coleção História Geral da África, que tem aproximadamente dez mil páginas, distribuídas em oito volumes. , a coleção aborda desde a pré-história do continente africano até os anos 1980.

Não podemos partir da ilusão de que apenas os livros didáticos são necessários no processo de formação de nossas crianças e jovens. Esses materiais representam um suporte indispensável para os professores. Todavia, o que é fundamental, na minha percepção, é que nossos educadores estejam atentos a qualquer tipo ou forma de preconceito, devendo, portanto, realizar trabalhos em sala de aula que valorizem as diferenças, seja ela sobre a raça, religião, orientação sexual.

7.2 ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

7.2.1 História 6º ano - História Sociedade e Cidadania – Alfredo Boulos Júnior. FTD. São Paulo, 2012.

Autor: Alfredo Boulos Júnior – é mestre em história Social pela Universidade de São Paulo, Doutor em educação pela PUC/SP. Trabalhou na rede de ensino de São Paulo no ensino fundamental, tendo editado diferentes voltada para o ensino fundamental e médio.

Análise do livro: Na apresentação o autor descreve a proposta de construção do livro, destaca as orientações que teve que seguir e acabou adaptando o texto. Acredito que Boulos poderia ter destacado a reorientação temática a partir das reformulações com as adaptações da Lei de Diretrizes e Base da Educação que inclui a Lei 10.639/2003, objetivo da minha proposta de análise.

A organização do livro segue com uma abertura, que contém imagens temáticas sobre a proposta de estudo e um resumo com a apresentação. Na abertura dos capítulos, verifica-se uma proposta de discussão sobre o tema, acredito

para buscar identificar elementos de conhecimentos sobre o assunto. Também existe uma seção que traz recortes de textos sobre o tema para provocar a curiosidade dos alunos sobre o assunto. Ainda compõe o livro as seções dialogando, com outros desafios, seguida de uma parte com as atividades propostas, com a imagem fonte e dicas de livros e filmes sobre o assunto proposto no capítulo.

Na diagramação do livro observa-se ao passar as páginas uma preocupação em inserir imagens de pessoas negras no contexto proposto, praticamente, em todas as páginas você identifica imagens de crianças negras na escola, a família e, inclusive músicas e até manifestações de religiões de matriz africana, ao entrar, mais especificamente, na segunda unidade do livro. Desta forma, verifica-se uma atenção ao que orienta a recomendação do livro didático, sobretudo, no atendimento ao que propõe as reformulações das leis desde 2003.

Na unidade três do livro é abordado o tema sobre o Oriente e África. Há uma passagem pelo contexto geral da formação histórica e a distribuição dos povos pela região destacada na unidade. Os textos são objetivos e se contextualizam as imagens destacadas nas páginas das unidades. A proposta como foi destacado, anteriormente, de indicações que não se restringem ao livro possibilita uma melhor compreensão e abre caminho para aprofundar nos temas.

Comentário geral: a proposta do livro didático desse autor alinha-se em uma visão geral sobre as novas perspectivas de material de suporte ao ensino. Há uma preocupação em apresentar os temas inseridos a representação das pessoas negras no contexto proposto. Todavia, poderia ter utilizando mais textos de autores negros para contextualizar as propostas e alinhar de forma mais aplicada à nova concepção histórica. Em geral, pode-se dizer que o material atende uma expectativa das reformulações da LDB.

7.2.2 História 7º ano – Projeto Araribá História. Maria Raquel Apolinário. Editora Moderna. São Paulo, 2004.

Autora: Maria Raquel Apolinário (editora responsável) bacharel e licenciada em história pela Universidade de São Paulo. É professora há mais de 12 na rede estadual e municipal de São Paulo. Integra a editora.

Análise do livro: o livro está organizado em oito unidades, divididas em duas partes. Cada unidade tem um tema, que é contextualizado por imagens e textos

sobre o assunto. Constan, nas unidades as atividades, propostas de trabalho em equipe, seguidas de discussões sobre o assunto em monografias e textos históricos. Também tem um banco de questões para buscar fazer com que o aluno exercite o que foi discutido. No que se refere às imagens que contextualizam os aspectos propostos no texto, na unidade 2, que tem como tema “Mundos além da Europa”, trata-se da primeira referência à África, porém, a edição utiliza uma imagem de crianças em situação de miséria em uma escola precária, o que demonstra um apego ao aspecto negativo. Apesar do texto, da página 39, do livro, fazer uma referência ao desconhecimento dos europeus sobre os povos da África e do Oriente médio a editoração apresenta a leitura clichê sobre a África, como locais de miséria e fome. Não que a minha pretensão é não observar isto, mas considerando o contexto apresentado, poderia ser utilizada uma imagem de pesquisadores africanos, as pessoas da localidade sobre outra perspectiva, apesar da fome e das desigualdades há na África riquezas culturais, desenvolvimento que em geral são excluídos das páginas de materiais como esse.

No que se refere à diagramação do livro não há preocupação em atualizar a imagens e referências ao que se espera do livro didático. Observa-se certa reprodução de imagens que por vezes não estão em sintonia com os aspectos de revisão do contexto histórico proposto em parte dos textos apresentados.

Conforme foi descrito anteriormente não há inclusive na parte que reescreve sobre a África e o Oriente uma atualização sobre os aspectos e contextos que envolvem a África. Também não perceptível de imediato uma atuação ao que está proposto na LDB.

Comentário geral: Na edição organizada por esta editoria não se observa uma atualização no foco das discussões que se espera sobre o ensino da história afro-brasileira e africana, propriamente dita. Há certa repetição inclusive de equívocos sobre a leitura sobre África, repetindo o que já foi descrito e apresentado por meio de imagens que não saem da cabeça das pessoas que estudaram ou estudam sobre a África.

7.2.3. História 7º ano – Perspectiva história – Renato Macellin e Rosine de Camargo. Editora do Brasil. São Paulo, 2012.

Autores: Renato Mocellin é mestre em Educação e professor do ensino médio é autor de livros didáticos e paradidáticos. Rosiane de Camargo é pós-graduada em História do Brasil e professora do ensino médio e fundamental, é autora de livros didáticos e paradidáticos.

Análise do livro: a proposta do livro está dividida em quatro unidades, que são orientadas em seus contextos pelos temas proposto. Na apresentação das unidades são apresentadas por textos e imagens. A linguagem dos textos segue uma linha objetiva e acessível, conforme se observou. Assim, consta como complemento das unidades a proposta de análise de documentos, na qual são identificadas referências históricas para contextualizar o assunto discutido. Segue também com a proposta de filmes, seguido de sugestões de acontecimentos contemporâneos que são identificados como fatos históricos. Ainda são complementados com atividades, um glossário e o dicionário histórico. E, por fim, a proposta de curiosidades históricas e a sugestão de trabalho em grupo.

Ao passar as páginas do livro observa-se que segue a linha de abordagem proposta, seguindo uma divisão por grandes revoluções, a expansão pela exploração marítima, a independências na América, nacionalismo e expansionismo. Nesta última seção que se identifica a África, seguindo com a abordagem sobre o reflexo do imperialismo e a exploração. Não é abordada nenhuma das revoluções que foram mobilizadas na África. Para atender uma expectativa sobre a nova referência proposta na abordagem da LDB, poderiam ter inserido essas novas referências que possibilitariam uma nova percepção sobre o que fato aconteceu na África, saindo um pouco da linha de limitação que se observa em parte dos livros didáticos.

Comentário geral: na proposta deste livro didático observa uma atualização de textos, com novas referências, mas a abordagem segue a linha proposta em parte dos manuais de ensino. Não se verifica, como foi observado anteriormente, uma percepção de acontecimentos históricos na África, trazendo inclusive aspectos de revoltas e revoluções entre outros movimentos contrários ao imperialismo. Também não é utilizando recursos, como textos de autores africanos ou afro-brasileiros com novas percepções sobre o contexto histórico e a sua versão sobre a proposta de leitura e da construção da história.

7.2.4. História 8º ano - História Sociedade e Cidadania – Alfredo Boulos Júnior. FTD. São Paulo, 2012.

Autor: Alfredo Boulos Júnior – é mestre em história Social pela Universidade de São Paulo, Doutor em educação pela PUC/SP. Trabalhou na rede de ensino de São Paulo no ensino fundamental, tendo editado diferentes voltada para o ensino fundamental e médio.

Análise do livro: o livro está dividido em quatro unidades temáticas que são seguidas por capítulos que tematizam as discussões proposta no conteúdo a ser estudados. No oitavo ano a abordagem proposta tende aos temas contemporâneos da história o que abre para inserção de conteúdo que possam tematizar bem a proposta de redefinição de conteúdos e programa com base nas reformulações da LDB. Assim, na configuração da apresentação dessas unidades verifica-se texto que contextualizam de forma geral o assunto, que são interacionados com as imagens que complementam o que está descrito no conteúdo proposto. A abordagem sobre temas que poderiam ser mais bem aplicados ao proposto na lei se dá de forma muito tímida, por exemplo, na página 15, ao destacar as teorias racistas o autor não faz uma contextualização com as transformações proposta na atualidade em resposta a esse processo. No que se refere à relação da África e a sua exploração é seguida a linha de leitura geral sem buscar a identificação de revoluções e resistências do povo africano em resposta ao processo de exploração imperialista.

Apesar das observações destacadas, há no correr das páginas do livro uma preocupação na representação de imagens contemporâneas que representam aspectos da reformulação dos livros didáticos, buscando incorporar imagens de pessoas negras participando do processo de reorientação política e cultural.

Comentário geral: nesta edição observa-se uma preocupação com o novo alinhamento proposto na orientação da LDB, no que se refere ao estudo da África. Na unidade 10, por exemplo, o autor se preocupa em trazer nomes de líderes e das organizações proposta em movimentos contra-imperialista em alguns países da África. Esta abordagem permite aos alunos e professores saírem do eixo comum ao se propor uma análise sobre a África, colocando um conjunto de países em um eixo comum sem considerar as especificidades que afligem cada nação que compõem a África.

7.3 Considerações sobre questionário aplicado

Destaquei, anteriormente, a aplicação de um questionário sobre a lei nº 10639/2003 e sua prática no cotidiano escolar, com os professores do turno vespertino. O questionário, a princípio, seria aplicado apenas para os professores de história, mas decidi ampliar sua aplicação aos demais professores do turno da tarde. Assim, foram respondidos e entregues 14 questionários.

No questionário, a primeira pergunta foi se os professores acreditavam que a criação de leis era suficiente para garantir a inserção de conteúdos diferenciados no ambiente escolar. A resposta, na realidade, não me surpreendeu mais da metade dos professores responderam não. Dos 14 professores que responderam apenas 04 disseram conhecer o conteúdo da lei 10.639/2003 e o da 11.645/2008, todos responderam não ter feito nenhum tipo de capacitação referente a essas leis nos últimos anos.

Na última questão da consulta mostrei uma série de imagens e pedi que eles assinalassem as que os remetiam a realidade da África trouxeram um quadro que esperava, retratando os aspectos negativos de ausências de campanhas e iniciativas. A imagem, o imaginário sobre África ainda essa relacionadas às cenas de miséria, problemas com a desnutrição, ausência de saneamento. Na proposta de questionário, utilizei imagens de uma comunidade na Angola e outra comunidade em São Paulo. A maioria dos professores marcaram as duas comunidades como sendo representações da África. Coloquei uma imagem da cidade de Kano, na Nigéria e outra orla da cidade de Luanda capital da Angola apenas três professores reconheceram as imagens como sendo parte do continente africano. A impressão após a análise das repostas é que ainda o imaginário das pessoas está relacionado a uma África pobre, sem recursos para vencer as principais crises. Não é perceptível para eles que há países na África que possuem universidades da idade do Brasil. A partir das impressões dessas repostas é possível verificar que para a maioria dos professores prevalece a ideia de que o continente africano ainda não conseguiu se desenvolver. O papel das escolas dentro desse quadro é desmitificar essa noção e apresentar novas perspectivas sobre a África e o papel desse continente no desenvolvimento de diferentes nações.

7.4 Ação Interventiva

Realizei no Centro de Ensino Fundamental 05 do Paranoá com a participação dos alunos. Foram deslocadas duas turmas do turno vespertino: uma do 8ª ano e; outra do 9ª. Os alunos estavam entre a faixa etária de 14 a 16 anos. A atividade realizada com eles foi a seguinte: escolhi um filme para que eles pudessem assistir em seguida, discutimos o filme por fim, foi realizado uma oficina com a confecção de cartazes sobre a temática da África.

O filme exibido foi Hotel Ruanda filme que retrata a diversidade étnica no continente africano, um dos fatores responsáveis pelo desencadeamento de vários conflitos armados. Parte significativa dessas guerras retratada no continente são consequências dos processos de colonização e descolonização dos países africanos. Hotel Ruanda retrata uma história real, de Paul Rusesabagya, gerente de um hotel de uma empresa belga em Kigali, capital da Ruanda. Paul Rusesabagya pertence ao grupo étnico hutu e, em 1994, durante perseguição aos tutsis, Paul abrigou mais 1200 refugiados de guerra que se abrigaram no hotel onde ele trabalhava.

Em um ato de extrema coragem e compaixão, Paul Rusesabagya fazia todos os esforços possíveis para proteger os tutsis do genocídio que matou mais de 1 milhão de pessoas. Com a ausência de tropas internacionais, os tutsis tinham apenas o hotel para se refugiarem, local protegido através de pagamento de suborno para a polícia, realizado por Paul Rusesabagya. O genocídio só foi amenizado com a formação de grupos de guerrilheiros tutsis.

A seguir destaco alguns registros fotográficos da atividade:



Imagem 3

Alunos 8º e 9º anos assistindo filme Hotel Ruanda



Imagem 4

Alunos 8º e 9º anos assistindo filme Hotel Ruanda

No fim do filme fizemos uma roda de conversa com os alunos onde podemos discutir as questões étnico-raciais, e a percepção que eles tinham sobre o continente Africano. A utilização do filme foi bem positiva, pois trouxe a tona um tema difícil de ser tratado, em uma linguagem mais acessível ao entendimento dos alunos, me surpreendeu verificar que muitos alunos tem um olhar sobre a cultura Africana diferenciado, muito disseram que a imagem de miséria que a mídia vende para o resto do mundo, já não faz parte do seu imaginário sobre a África, que ele sabem do grande potencial que o país tem, muito relataram que não conseguiam entender porque um grupo se sentia superior ao outro, ele não conseguiam verificar essas diferenças que os Hutus diziam ter em relação aos Tutsis. O debate foi muito bom os alunos participaram da proposta feita.

Esse tipo de discussão é bem interessante pois se pensarmos bem o conflito relatado no filme é bem atual aconteceu pouco mais de 20 anos, e não foi um conflito isolado, ainda nos dias de hoje temos casos em países da África e do Oriente Médio, em que estão em conflitos civis justamente por questões raciais, políticas, religiosas, obrigando sua população a deixar seu país em busca de uma vida segura para suas famílias.



Imagem 5
Debate sobre o filme Hotel Ruanda.



Imagem 5
Debate sobre o filme Hotel Ruanda.

Após o debate os alunos confeccionassem alguns cartazes referentes ao filme que eles tinham acabado de assistir, separei os alunos em grupos e eles utilizaram a criatividade para representar nos desenhos o que eles tinham entendido do filme.



Imagem 6
Alunos desenhando.



Imagem 7
Alunos desenhando



Imagem 8
Aluna com os cartazes prontos



Imagem 10
Aluna com os cartazes prontos

Apesar da escola não ter um trabalho específico voltado para a valorização da cultura afro-brasileira, constatei que os professores fazem de tudo para desenvolverem um trabalho onde as nossas raízes africanas são valorizadas. Na escola observei que há o desenvolvimento de atividades para a valorização e aceitação das diferenças. No CEF 05 os direitos dos alunos são respeitados e acima de tudo os direitos humanos são bases de todas as relações estabelecidas.

No decorrer deste trabalho podemos verificar como são trabalhados nos materiais didáticos e no cotidiano escolar como são retratadas as imagens da população negra no livro didático e no cotidiano escolar, podemos perceber que houveram algumas mudanças na elaboração dos livros didáticos, mas que isso não é suficiente para apagar os estereótipos criados por séculos em relação aos negros e sua cultura, mas os primeiros passos rumo ao desenvolvimento já foram dados, basta que todos os profissionais de educação e sociedade olharmos para nossa sociedade com um olhar mais humano, valorizando o ensino de direitos humanos e cultivando uma cultura de paz tanto em nossas escolas como em nosso meio social.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático é um suporte que serve de subsídio no processo de aprendizagem, um grande auxiliar do professor em sala de aula. Porém, parte dos livros, infelizmente, ainda precisam ser revistos trazem em suas páginas uma série de estereótipos que já estão sendo superados por nossa sociedade. Cabe, portanto, aos professores fazer uma interpretação cautelosa do material que será utilizado em sala de aula, podendo este recorrer a outros materiais que lhes deem suporte.

É muito comum ainda nos dias de hoje nos depararmos com livros didáticos que utilizam a figura do escravo para se referir aos negros. O negro sendo castigado pelo seu senhor, as mulheres aparecem sempre em condições de serviçais, ou nuas, enfim o negro nunca tem um lugar de destaque nessas páginas.

No decorrer dos meus estudos tinha a expectativa que minha formação tivesse um olhar diferenciado referente à história e a cultura Afro-brasileira, porém pude constatar que nem meus professores estavam muito por dentro das mudanças referente ao currículo. As mudanças que a lei 10639/03 trouxeram nem mesmo muitos dos meus colegas estavam interessados nos reflexos que essas alterações acarretariam em todo o âmbito escolar. No decorrer desta pesquisa constatei que existem pessoas engajadas em um movimento de defesa dos direitos humanos, para assegurar que as minorias tenham acesso a todos os serviços oferecidos a sociedade.

No que diz respeito ao trabalho desenvolvido nas escolas, sobretudo, em relação ao ensino de África e cultura Afro-brasileira ainda não posso afirmar que está tudo certo. O sistema de ensino brasileiro ainda tem suas fragilidades, não se pode negar que existe muita gente trabalhando e produzindo ótimos materiais referente à cultura Afro-brasileira.

9. REFERÊNCIAS

BABORSA, Lucia Maria de Assunção. **Relações étnico-raciais em contexto escolar: fundamentos, representação e ações.** São Carlos: EdUFSCar, 2011.

SOUZA, Maria Elena (org.). **Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/2003.** Rio de Janeiro: Rovellet 2009.

MUNANGA, Kabengele. *Apresentação.* IN: MUNANGA, Kabengele. (org.) MUNANGA, Kabengele. (org.) **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC/Secad, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf> Último Acesso em 10 de Set. 2015.

CAVALLEIRO, Elaine. *Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor.* IN CAVALLEIRO, Elaine. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2003.

SILVA, Pedronilha Beatriz Gonçalves. *Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras.* IN MUNANGA, Kabengele. (org.) **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC/Secad, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf> Último Acesso em 10 de Set. 2015.

BRASIL. **Lei 10639/2003.** Altera a lei 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no curriculum da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Último Acesso em: 07 de Set. 2015.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático.** Salvador: CEAO/CED, 1995.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** Salvador: EDUFBA, 2001.

Site do IBGE

<http://censo2010.ibge.gov.br/>

ANEXOS



Universidade de Brasília/UnB
Instituto de Psicologia/IP
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos
Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para a composição do trabalho de conclusão de curso-TCC, do curso de PÓS-GRADUAÇÃO em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural. Cujo objetivo é analisar a aplicação de leis como a 10639/2003, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Lei 11645/2008 que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio públicos e privados em todo o país.

PERFIL DO ENTREVISTADO(A):				
SEXO: () MASCULINO () FEMININO				
IDADE: 18 e 29 () 30 e 41 () 42 e 53 () 54 e 65 () 66 ou mais ()				
ESCOLARIDADE: () ENSINO SUPERIOR COMPLETO () ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO () PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU () STRICTO SENSU: 1. () Mestrado; 2. () Doutorado				
ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO(A) () CASADO(A) () OUTRO				
TEMPO DE TRABALHO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO () MENOS DE UM ANO () MAIS DE UM ANO () OUTRO				

1- Você acredita que a criação de leis é suficiente para garantir a inserção de conteúdos diferenciados no ambiente escolar? Essas leis podem afetar o cotidiano do aluno/a? Como?

() SIM () NÃO

Justifique:

2- Você conhece o conteúdo da lei 10639/2003 da lei 11.645/2008?

() SIM () NÃO

3- Nos últimos 10 (dez) anos, você fez capacitação sobre a Lei 10.639/2003 regulamentada pela lei 11.645/2008?

SIM NÃO

Se sua resposta anterior foi SIM, ela foi feita em instituição pública ou privada?

4 - Você acredita que uma capacitação ou treinamento influencia na qualidade e nas técnicas das regências?

SIM NÃO

5 – Você acredita que os conhecimentos abordados nos cursos e capacitações são colocados em prática:

SIM NÃO

6 – No que se refere ao livro didático, você observa alguma diferença na abordagem sobre o conteúdo, relacionado à cultura afro-brasileira?

SIM NÃO

7 – Sobre o livro didático, as imagens e representações tiveram alguma modificação nos últimos anos?

SIM NÃO

7 - Se sim, quais seriam?

8 – Marque (x) para as imagens que te remetem a realidade Africana:





()



()



()



()



()



()



()